

SESSÕES DO PLENÁRIO

63ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 02 de agosto de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto e Zó.(48)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 15 e 16/06/2016.

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a comparecimento em audiência, esteve ausente na Sessão do dia 14/06/2016,

conforme Certidão de Comparecimento apresentada.

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 06 e 13/06/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões: 55ª, 58ª, 59ª, 60ª e 61ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 6, 13, 14, 15 e 16 de junho de 2016; 30ª, 31ª, 33ª, 34ª, 35ª, 36ª, 37ª e 38ª especiais, realizadas, respectivamente, em 9, 9, 13, 16, 16, 17, 20 e 30 de junho de 2016; 9ª, 10ª e 11ª extraordinárias, realizadas, respectivamente, em 13, 16 e 16 de junho de 2016.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas as atas aqui lidas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos da imprensa, Srs. e Sr^{as} que nos assistem pela *TV Assembleia*, (Lê) “desde outubro de 2012, tramita nesta Casa um projeto de nossa autoria, determinando que as empresas de ônibus ofereçam acompanhamento psicológico para os seus motoristas. A tônica da nossa justificativa é que esses profissionais são submetidos a um estresse diário, que chega a colocar em risco a própria vida deles e a de centenas de passageiros transportados diariamente.

Tivemos a ideia de apresentar tal projeto após aquele episódio ocorrido no dia 18 de outubro de 2012, quando o motorista da empresa Axé, da linha Pirajá-Brotas, tentou atirar o ônibus que dirigia do viaduto em Pirajá, sobre a BR-324. É evidente que aquele pobre profissional tomou tal atitude em um momento de total e involuntário descontrole emocional. Pois bem, há poucos dias, dados divulgados pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, a Semob, em reportagem do jornal *A Tarde*, revelam que de janeiro a junho deste ano aconteceram 700 acidentes de trânsito envolvendo coletivos, o que representa quase 4 acidentes por dia, com uma média mensal de 116 acidentes. Notem que foram 700 acidentes apenas no primeiro semestre.

O número representa uma redução de 31,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram registradas 1.024 ocorrências, e de 49,7% em relação a 2014 (quando aconteceram 1.392 acidentes do tipo). Mesmo assim, o Sindicato dos Rodoviários do Estado da Bahia ainda considera a estatística muito alta.

Na mesma reportagem, o diretor de comunicação do sindicato da categoria,

Daniel Mota, diz o seguinte: *'a pressão sofrida pelos trabalhadores – constantemente vítimas de assaltos e ônibus incendiados – é um dos motivos para falhas humanas que causam acidentes. A categoria está sobre um barril de pólvora. Nós temos que lidar com o estresse diário, ônibus queimados, assassinatos que acontecem nos veículos e quase sempre voltamos a trabalhar no dia seguinte'*, afirma ele, criticando a falta de acompanhamento psicológico dos condutores, conforme destaca o autor da matéria.

Como podemos comprovar mais uma vez, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nosso projeto é de extrema importância para a integridade física de milhares de pessoas, tantos dos motoristas quanto dos passageiros. Não tem sentido que uma categoria que carrega nas costas diariamente tamanha responsabilidade de transportar tantas vidas não tenha um tratamento adequado, para garantir sua segurança, sua integridade mental e física, para que possa continuar exercendo sua profissão com dignidade e garantindo a tranquilidade dos passageiros.

É uma realidade dura, cruel para esses profissionais e para centenas de pessoas. As estatísticas estão aí comprovando cada vez mais que o nosso projeto visa proteger vidas. Em razão disso, faço um apelo para que a tramitação seja célere, que sua aprovação seja mais uma contribuição desta Casa aos cidadãos.”

Vejamos, esse projeto foi apresentado em outubro de 2012. Não foi nem votado ainda nas comissões. Um projeto que obriga as empresas a fazerem acompanhamento psicológico desses profissionais levados a um rigor do estresse psicológico. Hoje há ônibus incendiados, assaltos, pessoas que são assassinadas dentro desses ônibus. Imaginem! E no dia seguinte, quem presencia tudo isso tem que voltar ao trabalho, à carga emocional, com o estresse elevado.

Portanto, peço aos pares desta Casa... quando a sociedade reclama tanto por projetos que visem beneficiar diretamente a população, esse, entendo ser um projeto que precisa ter um carinho e atenção especial desta Casa.

Muito obrigado, Sr^a Presidente! A senhora que nesse momento preside a sessão. A situação não está boa em Camaçari. Parece que o seu candidato vai tomar uma goleada, vai tomar uma surra nas urnas. É o que dizem os comentários que pululam pelas ruas...

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Conclua deputado, não me provoque!

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) e nos lugarejos da sua querida cidade, Camaçari.

Um abraço!

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Deputado, o senhor está fora da realidade!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra o deputado Fábio Souto

pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr^a Presidente, Luiza Maia, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero aproveitar a presença aqui de alguns deputados – deputado Carlos Geilson, que é regimentalista, aproveitar até Carlinhos que está aqui –, para tratar de um assunto que interessa a todos os deputados desta Casa, que é a questão dos projetos que aprovamos no ano passado, no semestre passado, que foram aprovados por esta Casa e, simplesmente, o governador Rui Costa engavetou a maioria absoluta desses projetos. E na nossa Constituição está claro que o governador tem 15 dias para sancionar ou para vetar.

Deputado Targino Machado – V.Ex^a, que é regimentalista aqui e me mostrou a Constituição –, esse projeto, sancionando ou vetando, vem a esta Casa, o presidente coloca o veto em votação, e esta Casa é soberana para decidir.

O deputado Hildécio Meireles já questionou o presidente, o qual simplesmente disse que estava esperando uma decisão do governador, disse que cobrou, mandou um ofício e não teve posição. Enfim, tenho certeza de que essa resposta – com todo respeito e amizade que tenho pelo presidente Marcelo Nilo – não satisfaz esta Casa e os deputados, tanto os do governo como os da Oposição.

Na própria Constituição – lendo-a com o deputado Targino Machado, com o deputado Hildécio Meireles e com o deputado Carlos Geilson –, está claro que, se o presidente não promulgar, o vice-presidente tem poder para isso, assim como o segundo vice. Então, fala-se muito em independência da Casa: o presidente Marcelo Nilo fala; nós da Oposição falamos, com muita ênfase, que esta Casa precisa ser independente; quando os deputados do governo eram Oposição, falavam muito da importância da independência desta Casa. É neste momento que temos de demonstrá-la efetivamente. Vim cobrar ao presidente Marcelo Nilo que tome uma providência o mais rápido possível, porque o governador está desrespeitando a Constituição. Isso é muito grave e está sujeito a uma ação desta Casa.

Apelo, à presidente Luiza Maia – que está substituindo o presidente Marcelo Nilo na presidência –, para que se engaje nessa luta e solicite ao governador que sancione ou vete os projetos dos deputados, a fim de que todos esses projetos voltem a esta Casa.

O que está acontecendo é que este governo está engavetando os projetos que foram aprovados nesta Casa e, apesar de todos os nossos esforços e de toda luta para fazer esses projetos, efetivamente não está dando em nada a sua aprovação.

Chamo a atenção dos deputados quando se fala de independência, porque independência é isto: é a voz da Casa ser ouvida. Têm que ser respeitadas, pelo governador Rui Costa, as leis que são aprovadas nesta Casa.

Então, quero dizer que essa questão é muito importante. Cobrareij, neste semestre, com muita força, do presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo.

Viajando neste mês todo pelo interior do Estado, deputado Hildécio Meireles,

continuamos a observar a questão dos terceirizados, sobretudo na rede de educação, que estão sem receber; várias escolas sem vigias, sem merendeiras, e alguns municípios com falta de professores. Isso demonstra que o governador não resolveu esse problema até hoje. Nós ficamos o semestre todo colocando essa questão, que é de extrema importância, nesta Casa. Quero pedir o apoio do presidente Rosemberg Pinto também, para que a manifestação desse deputado seja levada ao governo do Estado, e que sejam tomadas providências o mais rápido possível.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Concedo a palavra à deputada Luiza Maia, coordenadora da cidade de Camaçari.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. que nos acompanham pelo *Canal Assembleia*, digo que estava com saudades desta Casa. Ontem não tive condições de chegar ao Plenário pois estava atendendo ao pessoal do interior.

Quero, Sr. Presidente, deputada Fabíola, deixar um convite para a nossa convenção no dia 05 de agosto, sexta-feira, às 17 horas, no Clube Social de Camaçari. Entregarei o convite a todos. O nosso pré-candidato, próximo prefeito de Camaçari, o deputado federal Caetano, que tem uma relação muito boa com todos os deputados desta Casa desde quando foi deputado estadual, pediu-me que fizesse este convite de forma muito especial a todos, independente de partido, ou de qualquer outra coisa.

A convenção será na próxima sexta-feira, dia 05, a partir das 17 horas no Clube Social de Camaçari, na entrada da cidade, Av. Jorge Amado.

Quero, deputada Fabíola, registrar a minha satisfação de termos uma chapa composta por mulheres nesta cidade. Achei uma ideia inteligente. As mulheres precisam se fazer ouvir na política. Graças a Deus, a Justiça eleitoral tem nos ajudado com algumas campanhas relevantes sobre a importância da presença da mulher na política. Fiquei muito feliz e registrei isso, ontem, para parte da imprensa que me pediu minha opinião, sobre a chapa de Alice Portugal e Maria del Carmen.

Tenho certeza de que os que se dizem eleitos com tantos e tantos por cento nas suas pesquisas – já conhecemos como é a prática na Bahia – enfrentarão uma parada dura. Historicamente, duas mulheres com um passado e uma história de lutas de esquerda ao lado do povo; duas feministas que têm uma história enraizada na luta das baianas e dos baianos. Não tenho a menor dúvida de que será uma chapa muito boa para fazer um debate com relação a essa discussão da importância da presença da mulher na política. Principalmente, neste momento em que vivemos no Brasil, ameaças de retirada de direitos que conquistamos com tanta luta e tanta dificuldade durante 30 anos.

Os golpistas que estão aí assentados ainda até hoje, no poder central, terão de

ouvir as vozes das baianas representadas por essas duas deputadas que me orgulham muito, que me representam. Fiquei muito contente com essa decisão tanto do PCdoB como do meu partido, o PT.

Quero aproveitar, Srs. Deputados, Sr. Presidente, para fazer o meu registro da minha surpresa, da minha indignação com o prefeito desta cidade – que anda propagando tanto a moralidade e a seriedade – estar dentro de Camaçari dando apoio explícito a uma pessoa comprometida com o jogo do bicho. Não só com o jogo do bicho, que hoje já se faz o debate a respeito da legalização, mas em torno dessa pessoa que foi investigada por 4 delegados, 3 juízes e 6 promotores – não sou eu que estou dizendo, é a Justiça –, que afronta a Justiça constante e diariamente. Fecha-se um ponto da contravenção; no outro dia, ele abre mais à frente.

Hoje, está em liberdade vigiada. Há duas semanas, o cunhado e o irmão foram liberados da prisão por contravenção, por envolvimento com uma organização criminosa que possui raízes assentadas não só em Camaçari mas na Região Metropolitana. Fico, realmente, sem entender qual é a do prefeito de Salvador. Acho que ele deveria se preocupar muito mais com a nossa capital e nos ajudar a impedir que o crime organizado tenha assento na política de Camaçari.

Isso não tenho a menor dúvida de que faremos o enfrentamento. O deputado federal Caetano tem despontado de maneira crescente na sua campanha. Na próxima sexta-feira, faremos uma convenção vitoriosa. Independente de qualquer partido, faço um apelo a esta Casa para que dê atenção a Camaçari, pois é uma cidade estratégica e não merece o que tem acontecido.

O outro candidato além do despreparo e da falta de proposta e de projetos, há envolvimento com as coisas erradas e com o crime organizado. Não podemos aceitar que Camaçari seja vítima de mais um golpe desse.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ontem, aqui nesta tribuna, o nobre deputado Rosemberg Pinto, que ora nos dá a honra de presidir a Mesa, trouxe-nos à baila o término de alguns programas da área social pelo atual governo interino do presidente Michel Temer, que já já será governo permanente até o final do mandato. Fiz questão, presidente, de pesquisar de fato o que estava ocorrendo com esses programas.

É bom lembrarmos que o governo do PT, o governo da presidente Dilma, esfacelou com as finanças do país, esfacelou com o orçamento do Brasil, esfacelou com o sistema econômico deste país, o que tem criado problemas de receita para os municípios, para os Estados e, certamente, também para a União. Mas, na verdade,

não houve o término dos programas; apenas uns ajustes que o governo está fazendo em todos eles.

Temos o Pronatec, que apenas suspendeu novas vagas; temos o ProUni e o Fies, que estão passando também por fase de ajustes, com perspectivas de novas vagas para o ano que vem. O programa Ciência Sem Fronteiras, que tem sido mais debatido, a rigor já não havia, para este ano, mais previsão orçamentária e financeira, mas, ainda assim, o governo do presidente Michel Temer assegurou os recursos para que possa, pelo menos, vencer este ano e abrir no orçamento do ano que vem a possibilidade de novas vagas para esse programa Ciência Sem Fronteira. Até porque estavam sendo contempladas pessoas que não têm o perfil característico para serem contempladas nesses programas sociais oferecidos pelo governo.

Portanto, meu nobre deputado Rosemberg Pinto, temos de fazer esse reparo. Trata-se de uma série de ajustes em face da situação de crise e dificuldades pela qual passa o governo brasileiro, o que não é nenhuma novidade, sobretudo em decorrência das crises moral e financeira que estamos passando.

Por outro lado, ainda em relação a pronunciamentos de ontem sobre as Santas Casas da Bahia, especificamente a Santa Casa de Misericórdia de Valença, que passa por uma série de dificuldades, instituição que substitui o poder público na oferta do serviço de saúde naquela região, V.Ex^a conhece bem. É uma região de aproximadamente 300 mil habitantes que são atendidos, no aspecto da saúde, pela Santa Casa de Misericórdia de Valença.

O que está havendo? O governo compra uma quantidade de serviços e ao longo do tempo vai fazendo cortes. Ou seja, é como se comprasse 1.000 unidades de um determinado serviço, e vai cortando para 800, para 700. Por outro lado, a demanda aumenta, não diminui. Isso está agravando ainda mais a crise pela qual passa as instituições filantrópicas, sobretudo as Santas Casas.

O que é ainda pior, recebi uma denúncia dos médicos urologistas residentes do Hospital Roberto Santos, em razão da total falta de condições deles prestarem o serviço como residentes, como também de completarem seus conhecimentos para aplicar na área de medicina. Eles falam, por exemplo, que o cenário de desordem, e chamo a atenção para o fato de que os residentes do hospital realizam tarefas com desvio de função. Eles falam que não há material médico, que não há medicamentos, luvas, fios de cirurgias e agulhas, deixando-os totalmente impossibilitados de prestar o devido serviço no que diz respeito ao período de residência médica.

Isso tem trazido sérias dificuldades, sérios problemas. Inclusive, os médicos residentes de urologia do Hospital Roberto Santos protocolaram uma carta no Ministério Público Estadual e entraram em greve hoje, trazendo à tona a crise pela qual o nosso sistema de saúde do Estado da Bahia vem passando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, é com muita satisfação que ocupo, na tarde de hoje, a tribuna da Assembleia Legislativa depois de ter passado, experimentado o primeiro período legislativo desta Casa sem praticamente produção legislativa, em decorrência de problemas de saúde que enfrentei. Chego aqui profundamente agradecido a Deus pela oportunidade que me deu, agradecido aos amigos pelas manifestações todas de solidariedade, mandando um recado a quem interessar possa: estou com a saúde recomposta e com a força de lutar para fazer os discursos que deixei de fazer aqui.

Quero iniciar fazendo uma defesa intransigente desta Casa. Este Poder Legislativo, a Assembleia Legislativa da Bahia não pode se transformar, deputado Zé Neto, que agora adentra o Plenário, numa Assembleia bufa. De jeito nenhum! Esta Casa, na verdade, está parecendo não uma secretaria do Governo do Estado; esta Casa não está parecendo um apêndice, porque ela é amorfa! Esta Casa não parece com nada! Esta Casa se curva, esta Casa se queda a interesses estranhos a ela. Eu gostaria, deputado Adolfo Viana, de descobrir quais são os interesses subjacentes a tanta pusilanimidade desta Casa, deste Poder, que precisa subir o tom para dizer ao povo que representamos que na Bahia existe um Poder Legislativo e que o Poder Legislativo não está aqui para servir de marionete do Governo, como tem servido historicamente.

Lembro-me dos discursos aguerridos do deputado Zé Neto, quando vinha a esta tribuna, na época em que ele estava como eu e comigo, ao lado do povo. Agora ele está ao lado dos interesses do Governo! É uma desgraça! Nada mais parecido com o Governo do que a Oposição quando chega ao Governo. O deputado Zé Neto, meu irmão, meu amigo, é um exemplo vivo disso. Agora, a vergonha que está acontecendo nesta Casa, Sr. Presidente, é que a única esperança que lateja, a única luz que pode iluminar a esperança do povo da Bahia é a produção legislativa dos Srs. Deputados tanto do Governo, quanto da Oposição nesta Casa, fazendo projetos de lei de interesse da população. E eu quero dizer que as comissões temáticas desta Casa estão abarrotadas de bons projetos, projetos do governo, de deputados do governo e da oposição.

E para que fazer projetos nesta Casa Legislativa, os senhores deputados estudarem, sentarem fazendo projetos auscultando, muitas vezes, as vozes roucas das ruas, para quê? Fazer projeto nesta Casa é como comprar terreno em Marte, comprar terreno na Lua, é sonhar com o que não existe. Porque aprovamos nesta Casa vários projetos de interesse da população, da lavoura, da autoria, dos Srs. Deputados do Estado. E a Constituição estadual dá um prazo ao governador para sancionar ou vetar em 15 dias. E se ele não veta em 15 dias já está tacitamente aprovado. E ele não sanciona, deixa de cumprir o prazo para o veto e não encaminha a esta Casa para apreciação e para permitir a promulgação pelo Sr. Presidente.

E quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que quem está prevaricando não é somente o deputado Marcelo Nilo que já deveria ter mandado buscar com a autoridade de presidente desta Casa, solicitado que o governador devolvesse a esta Casa os projetos aprovados para que ele os promulgasse. Mas a Constituição do Estado diz o seguinte: Caberá a um dos vice-presidentes fazê-lo se o presidente não fizer obedecendo a hierarquia na composição da Mesa. E eu vou cobrar, não posso cobrar do 1º vice-presidente, mas vou cobrar do 2º vice-presidente que é Tom, vou cobrar do 3º vice-presidente que é Carlos Geilson que cumpram o seu dever. Agora, para isso os senhores precisam que esses projetos retornem a esta Casa, e para retornarem a esta Casa eu quero propor à bancada da Oposição que possamos entrar com uma ação contra o governador, chamando à lide o presidente desta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Vou concluir dizendo, Sr. Presidente, que o que eu proponho hoje é que esta Casa, a bancada da Oposição ou tantos quantos deputados se interessarem, possamos aforar uma ação judicial contra o governador chamando à lide o presidente Marcelo Nilo porque ele está sendo conivente. Esta Casa não é apêndice do governo. Esta Casa não é para pelego. Esta Casa é para homens e mulheres livres e independentes virem aqui representar os interesses da população, o que não está existindo até o momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a tolerância desta presidência, com a palavra deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- O deputado Targino Machado se empolgou tanto retornando – e nós saudamos S.Ex^a já recuperado – que esqueceu até de dar frequência. Mas a sua eloquência faz com que mantenhamos, deputado Marcell, esse discurso.

Presidente deputado Rosemberg, faço, inicialmente, o nosso discurso de ontem em função da preocupação com a Frente Parlamentar em Defesa das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, de novo aqui no discurso do deputado Hildécio Meireles, a nossa preocupação, junto com a deputada Maria del Carmen, a nossa próxima vice-prefeita a quem veementemente defendo e caminharei nas ruas saudando as duas, porque nessa eleição vai ser elas contra eles e a gente tem que conclamar aqui que elas têm que votar nelas, se elas votarem nelas vai dar tudo certo.

Mas a deputada Maria del Carmen é vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Santas Casas de Entidades Filantrópicas, e aqui, ontem, colocávamos a nossa preocupação em falar com o nosso governador Rui Costa e com o secretário Fábio Vilas-Boas a respeito das possibilidades de diálogo, em virtude do subfinanciamento federal que temos; em virtude da alta inflação; em virtude da alta

burocratização; em virtude, muitas vezes, da ausência de contratos; em virtude de termos Santas Casas responsáveis por mais de 50% da prestação da assistência. Certamente a Santa Casa de Valença estará inclusa, a Santa Casa de Santo Amaro, deputado Rosemberg, a Santa Casa de Nazaré, o Martagão, a própria OSID. Temos que realmente dialogar com o nosso governador. No dia 15, estaremos aqui, celebrando o Dia das Santas Casas de Entidades Filantrópicas, com um debate nessa sessão especial.

Mas, particularmente, o que me traz aqui hoje é a preocupação que tenho com os estudantes do curso de Medicina da Uneb. Defendemos um ensino de qualidade, expandido até para os diversos cantos do Brasil, mas sem perder a qualidade necessária ao aprendizado do ensino médico, porque são esses estudantes que, uma vez formados, estarão prestando atendimento a nossa população, desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No ano passado, tivemos aqui um encontro com esses estudantes, que tinham dificuldades por não estar a Universidade, deputada Maria del Carmen, com professores em 4 disciplinas extremamente importantes do ciclo intermediário, e eles não puderam completar esse ciclo.

O governador Rui Costa, muito sensível a isso, providenciou um REDA, uma contratação em regime temporário, mas que não foi suficiente para normalizar as aulas e também não foi suficiente para o ciclo subsequente, que é o considerado prático, que vai do 9º ao 12º semestre.

Precisamos ter um concurso público ou ter de novo outro mecanismo de contratação de docentes para que tenhamos na Uneb um curso baiano de altíssima qualidade formando médicos baianos. Lá temos jovens, hoje, desesperançados, que foram, inclusive, se não me engano, até a SAEB para uma paralisação com o movimento chamado “Medicina da Uneb em crise”.

Tenho certeza de que todos nós compreendemos as dificuldades por que passam a Bahia e o Brasil com a crise econômica e, efetivamente até as dificuldades pelo período eleitoral, impedindo novas contratações. Mas devemos encontrar juntos uma solução, com diálogo e também indo ao secretário Góes, ao secretário Manuel Vitória e mesmo ao governador Rui Costa, levando esta comissão de estudantes; levando as entidades médicas, para que consigamos reverter essa situação, deputado Targino, que é médico.

Os estudantes do curso andam há um ano denunciando esse problema, que acho que afeta significativamente a formação desses jovens e esperançosos próximos médicos, que não têm a condição mínima de ensino em um curso que queremos prestigiar.

Então, conclamo o deputado Zé Neto, nosso grande Líder do Governo, para que possamos, na Assembleia Legislativa, nesta Casa, com a Comissão de Saúde e outros deputados, dialogar com os representantes desse movimento e encontrar uma saída junto com o nosso governador Rui Costa, para retomada em breve das atividades

desses estudantes.

Nesse sentido, nos colocamos, como sempre, à disposição, em defesa da saúde, para resolver os problemas, porque aqui, de forma muito equilibrada, de forma muito tranquila, entendemos que precisamos enfrentar de frente o problema do subfinanciamento, muitas vezes, da falta de contratos. Reconhecemos a boa vontade do secretário e a sua forma de gestão para resolver os problemas, mas os problemas são muitos.

Nesse caso, também podemos encontrar o novo secretário da Educação, nosso querido Walter Pinheiro – a quem saúdo –, para nós encontrarmos, deputado Rosemberg, a solução. Hoje houve a paralisação, mas tenho certeza de que, assim como foi encontrada no ano passado, agora também encontraremos uma solução para salvar o curso de Medicina da Uneb.

Muito obrigada por sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Por acordo, teremos ainda 2 oradores. Depois desses oradores faremos o encerramento.

Com a palavra, por até 5 minutos, o deputado Zó, esse sertanejo de Juazeiro.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, deputada Fabíola, ouvindo o discurso de V.Ex^a sobre a questão do curso de Medicina da Uneb, devo dizer que na última visita do governador Rui Costa, dia 21 de julho, a Uauá – onde foi inaugurar a fábrica de beneficiamento de frutas; mais propriamente do umbu, junto com a Coopercuc –, nós lhe entregamos um documento de um dos diretores estudantis, Marcos Aurélio, que é de Uauá e estudante de Medicina, justamente com essa pauta de reivindicações.

E quero me incorporar e engrossar o discurso de V.Ex^a dizendo que é importante criar curso de Medicina, sim, mas é importante também garantir a qualidade desses cursos para que os estudantes possam ser bons profissionais ao se formarem.

Sabemos da preocupação do governador; e também sabemos que o novo secretário da Educação, Walter Pinheiro, tem capacidade e interesse. E nós precisamos dar essa ajuda. Os alunos encaminharam esse documento ao governador, que eu pude entregar junto com esse estudante de Medicina lá em Uauá. Certamente vamos tentar marcar uma agenda com o secretário, quando poderei ir junto com a senhora. E também poderemos marcar um encontro com o professor Bites, que é o reitor dessa Universidade.

Meu caro Rosemberg Pinto, embora eu fale sobre toda a Bahia, agora vou tratar de um assunto da minha região, que é o Vale do São Francisco. É um tema preocupante! Naturalmente, a Justiça tem muito mais embasamento do que eu para tratar de assuntos referentes ao que vou falar hoje. Refiro-me a uma decisão judicial

que já tinha sido tomada há algum tempo, e foi renovada agora. Trata-se da decisão, em Casa Nova, sobre uma área de fundo de pasto onde funcionou a antiga Camaragibe. Pois bem, saiu uma nova decisão judicial de reintegração de posse para as pessoas que compraram essa fazenda Camaragibe.

Em outra reintegração de posse dessa área da Camaragibe houve uma série de aspectos de violência contra os posseiros, que residem lá há muitos e muitos anos. A CPT tem acompanhado essa questão; até falei com Marina, que é da CPT. Mas o que preocupa é que essa reintegração de posse pode gerar novos conflitos.

A gente tem que discutir com o governador, porque o governo do Estado pode agir. E essa área interessa porque ela tem uma série de produções – tanto de caprino e ovino como de apicultura –, permitindo o sustento de cerca de 400 famílias. Eu queria manifestar o meu interesse em discutir esse assunto.

Não quero aqui contestar a Justiça, até porque não sou jurista para isso – sei que a CPT tem acompanhado essa discussão, tem colocado advogados à disposição dessas famílias –, mas, como parlamentar da região, conheço essa área onde funcionou a Camaragibe, que produzia mandioca naquela época em que houve o “escândalo da mandioca”. Então quero colocar aqui essa discussão porque há o interesse social lá, e esse interesse social está acima – segundo a Constituição Federal – de outros interesses.

Estou colocando esse problema aqui para ficar registrado que no Parlamento baiano tem alguém preocupado com isso. E sei que, tomando conhecimento desse problema, o deputado Rosemberg e a deputada Fabíola também terão interesse de discutir esse assunto. Vou trazer essa pauta à comissão para que discuta e leve essa questão ao governador. E assim, quem sabe, se possa desapropriar essas terras como fundo de pasto para dar garantia de permanência a essas famílias da cidade de Casa Nova.

É uma área importante, uma área que produz, que não é devoluta. É preciso que seja feita essa discussão, porque não sei, juridicamente, onde ela está. Ainda não me debrucei sobre o assunto. Mas quero pautar este assunto, aqui, nesta Assembleia Legislativa da Bahia para que possamos, definitivamente, dar direito a quem tem direito. Esses posseiros estão lá há muito tempo. E é preciso que esses posseiros possam permanecer lá.

A discussão é jurídica. O governo do Estado, a justiça e os advogados vão tratar disso.

Mas, aqui nesta Casa, tenho certeza de que outros colegas vão se manifestar em defesa desses posseiros que estão na cidade de Uauá com suas famílias, pois eles precisam dessa terra para criar seu bode e produzir a sua agricultura familiar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fabiola Mansur):- Muito obrigada, nobre deputado Zó, grande representante daquela região, que traz um assunto de extrema relevância. Certamente, esta Casa não se furtará a debater.

Com a palavra o digníssimo amigo, nobre Líder da Bancada do PT, o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Minha querida deputada Fabíola, quero, neste momento, parabenizar a nobre deputada Maria del Carmen que assumiu, nesse final de semana, uma tarefa importante para a nossa querida cidade de Salvador e, ao mesmo tempo, quero, também, parabenizar as mulheres.

Vejam, esta é a participação das mulheres em uma chapa feminina que vai disputar um projeto de gestão diferenciada para Salvador. As mulheres cuidam e sabem bem cuidar das pessoas na família, no ambiente onde estão. Certamente, na política, as mulheres vão saber cuidar muito bem da população de Salvador.

Por isso, quero parabenizar a chapa composta pelas deputadas Alice Portugal e Maria del Carmen para disputar a prefeitura da cidade do Salvador.

Meu querido deputado Zó, achei que essa questão já estava sanada há algum tempo. Estive, lá, em Juazeiro, no passado, durante esse conflito à época, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais debatendo essa questão. Eu entendia que já estava pacificada essa questão com os posseiros da Fazenda Camaragibe. Logo, pensei que isso já estivesse sido solucionado para garantir a posse daquelas terras para quem estava, verdadeiramente, em sua posse, a fim de que pudessem usufruí-la sem nenhum problema.

V.Ex^a traz, hoje, aqui, uma nova decisão de reintegração de posse. É lamentável que se tome uma posição depois de tantos anos enquanto imaginávamos que essa questão já estava pacificada em relação ao Estado, em relação à propriedade e em relação a quem, de fato, tem a posse dessas terras, pois eles já se encontram, lá, há muitos anos, deputada Fabíola.

Então, tem, aqui, em nós, o compromisso de trabalharmos para encontrar uma saída, seja através de uma pactuação com o governo do Estado, com o Poder Judiciário e com os interessados ou, até, através de um projeto de lei, para podermos resolver, através da Assembleia Legislativa, essa questão e essa pendência jurídica que rolam, durante alguns anos, naquela região.

Minha querida deputada Fabíola, eu quero, aqui, dizer que estamos vivendo um momento singular no interior do Estado que são as convenções, pois elas vão escolher os candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereadores nas diversas cidades.

Isso traz um debate importante, qual seja, o debate da política e o debate da estrutura da política brasileira e baiana nos diversos municípios. Tenho verificado que, talvez, tenhamos de enfrentar este problema por falta de uma regulação mais definitiva da política eleitoral. Ou seja, nós vamos enfrentar um processo de utilização indevida que se intitulou caixa dois; na minha opinião, das mais violentas

na política brasileira.

Por isso, deputada Maria del Carmen, eu acredito que vamos precisar ajudar o Congresso Nacional a se debruçar sobre uma nova regulação das disputas eleitorais no cenário brasileiro, porque no quadro em que nos encontramos – quando defendemos o financiamento público de campanhas – apenas acabar com o financiamento privado e não regular, não criar a capacidade da disputa democrática e do financiamento público ocorre aquilo que estamos verificando no interior do Estado, que são as organizações e um processo transversal em relação à utilização de dinheiro que dificilmente poderá ser contabilizado em função da falta de condição de organização para as disputas eleitorais.

Tenho acompanhado as convenções, algumas mais módicas e outras com estruturas bem avantajadas, e elas têm demonstrado que a disputa eleitoral não será diferente das eleições anteriores, porque há um custo imensamente significativo e que não poderá, em minha opinião, ser contabilizado, e isso acabará institucionalizando esse custo por fora, que se denominou de caixa 2, e que, às vezes, é muito questionado por todos.

Então, deputada Fabíola, estou colocando isso aqui para que possamos retomar esse debate com relação a de que maneira o Congresso Nacional deve se debruçar para que tenhamos, de fato, uma nova regulação da política brasileira do ponto de vista de suas instituições, de como os partidos vão-se organizar e como deve ser o financiamento para as disputas eleitorais.

Acredito que só o financiamento público de campanhas, com regulações bem definidas, pode resultar num processo democrático e também evitar o constrangimento que temos em cada local de verificar a utilização de recursos por fora na disputa. Isso tira a equidade do processo da disputa eleitoral.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Muito obrigada, deputado Rosemberg.

É uma pauta extremamente importante e sobre a qual esta Casa deveria se debruçar na medida em que a legislação federal em vigor não pode ser mudada. Como diz o nobre advogado Ademir Ismerim, essas eleições serão verdadeiras experiências, e os candidatos, cobaias.

Então, na medida em que esse diálogo que V.Ex^a propôs seja feito também nesta Casa poderemos propor a solução para que a reforma eleitoral ideal, aquela que promove o debate, possa vencer.

Também estou um pouco cética.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Quero, com muita honra, convidar, ela que integra a Comissão da Mulher, brilhante deputada, ex-presidente da Conder, ex-secretária no governo Lídice, atuante deputada, conhecedora de Salvador, que sabe que essa chapa Alice e Maria... Ela sabe muito bem que Salvador não é a cidade das

maravilhas e precisa ser a cidade para todos. Com a palavra a próxima vice-prefeita, deputada Maria del Carmen, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr^a Presidenta, deputada Fabíola Mansur, com muita alegria venho a esta tribuna e a vejo presidindo a sessão de hoje. E desejo que num futuro próximo tenhamos uma mulher na presidência desta Casa, já que isso ainda não aconteceu. Esta Casa ainda não teve a possibilidade e a oportunidade de ter uma mulher como presidenta desta Assembleia Legislativa.

Mas queria hoje, primeiro, agradecer a V.Ex^a pelas palavras elogiosas, fruto da relação de amizade, de admiração que nos une, de pensar a sociedade de forma igual, de vê-la com os mesmos olhares, com os mesmos sonhos de transformação; agradecer à deputada Luiza Maia, que ontem, aqui, referiu-se a V.Ex^a, que citou meu nome e fez essas referências hoje repetidas. A deputada Luiza Maia também ocupou a tribuna desta Casa, fazendo as mesmas observações; ao Líder do meu partido, deputado Rosemberg, que também utilizou da palavra; e dizer que é com muita vontade e garra que estamos assumindo o compromisso, a responsabilidade de participar dessa chapa encabeçada pela deputada federal Alice Portugal, que já está no seu 6º mandato parlamentar. Foi minha colega em seu primeiro mandato aqui, na Assembleia Legislativa, continuou vitoriosa nesta Casa, e depois como deputada federal.

Ela tem uma trajetória de vida dedicada à luta pela transformação da sociedade. Tem mostrado, na disputa e nas discussões, a sua dedicação às questões dos movimentos sindicais e sociais; que vê esta cidade com um olhar de mulher, de mãe, de sindicalista, de parlamentar comprometida.

Que possamos colocar à disposição dessa chapa o nosso pequeno conhecimento sobre a Cidade de Salvador, a experiência que a vida nos permitiu ter durante as diversas atividades que experimentamos nesta cidade. Fui a primeira secretária de Ação Social de Salvador, quando implantamos os primeiros programas para a criança e o adolescente; primeiro Conselho Tutelar da Cidade do Salvador; primeiro Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente; primeiros programas de parceria comunitária, construídos com as lideranças dos diversos bairros dessa cidade, construindo pequenas e médias intervenções em tantos e tantos bairros. E isso continuou no governo da prefeita Lídice da Mata quando assumi a Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade. Posteriormente, deputada, e voltei à prefeitura como secretária de Infraestrutura.

Repete-se a chapa Lídice/Bete: duas mulheres, primeiras prefeita e vice-prefeita desta cidade. Nós repetimos agora essa experiência. Esperamos que saíamos vitoriosas. Pela cidade!

O que nos move é o desejo de ver esta cidade cada vez mais inclusiva; o que nos move é o desejo de ter uma gestão que pense nas pessoas, que trabalhe para as pessoas; que procure fazer com que esta cidade seja boa para todos e não apenas para alguns; que utilize a capacidade, a condição de escolha da aplicação dos recursos naquilo que é de interesse maior para a cidade e para o seu povo.

Portanto, esta é a oportunidade de se iniciar a discussão e o debate sobre os projetos, sobre os programas, sobre aquilo que os dois governos do Partido dos Trabalhadores, que coordena vários outros projetos, vários outros partidos aliados, têm realizado nos últimos 8 anos, 10 anos nesta cidade. Desde a mobilidade transformada, o projeto de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida, os trabalhos na área da saúde que V.Ex^a acompanha tão de perto.

Só agora o prefeito anuncia a construção de um hospital. A cidade-mãe do Brasil não tem uma maternidade municipal, e tem uma das piores coberturas na área da saúde. São mais de 100 mil crianças fora das creches. Se formos discorrer aqui ficaremos falando por várias horas sobre os problemas de infraestrutura que esta cidade tem.

Gerir esta cidade é muito mais do que fazer calçadão, que fazer recuperação de pavimentação, que fazer passeio, é pensar Salvador com outro olhar: uma cidade boa para todos, boa para as mulheres, boa para a juventude; uma cidade negra, e essa negritude tem de estar representada na sua ação e na sua experiência.

Um grande abraço para todos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidenta, quero pedir a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, vez que todos os oradores presentes já se pronunciaram. Peço a V.Ex^a, por gentileza, que proceda à verificação de quórum.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Bem, pedida a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão e não havendo número suficiente, declaro-a encerrada e convoco outra sessão para o mesmo dia e horário regimental.

Boa tarde a todos.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.